

# A Anarquia

Errico Malatesta

1891

# Conteúdo

<b>1</b>	<b>3</b>
<b>2</b>	<b>6</b>
<b>3</b>	<b>8</b>
<b>4</b>	<b>14</b>
<b>5</b>	<b>18</b>
<b>6</b>	<b>21</b>
<b>7</b>	<b>26</b>
<b>8</b>	<b>29</b>
<b>9</b>	<b>32</b>

**1**

A palavra anarquia vem do grego e seu significado literal é “sem governo”: a condição de um povo que vive sem uma autoridade constituída, sem governo.

Antes de tal organização começar a ser considerada possível e desejável por toda uma escola de pensadores e aceita como objetivo de um partido, que agora se tornou um dos fatores mais importantes nas lutas sociais dos nossos tempos, a palavra anarquia foi universalmente usada no sentido de desordem e confusão; e é até hoje usada nesse sentido pelos desinformados e opositores políticos com interesse em distorcer a verdade.

Nós não entraremos em uma discussão filológica, já que é uma questão histórica e não filológica. A interpretação mais comum da palavra reconhece seu verdadeiro e etimológico significado; mas é derivado desse significado pela visão errônea de que o governo é um órgão vital da sociedade, e que consequentemente uma sociedade sem governo estaria ao mercê da desordem e flutuante entre a arrogância desenfreada de alguns e a vingança cega de outras.

A existência deste preconceito e sua influência no significado popular da palavra “anarquia” é facilmente explicada. O homem, como qualquer outro ser vivo, se adapta e se acostuma às condições onde eles vives e passa à frente os hábitos adquiridos. Assim, tendo nascido e criado em cativo, quando os descendentes de uma longa linha de escravos começaram a pensar, eles acreditavam que a escravidão era um estilo de vida essencial enquanto a liberdade parecia impossível para eles. Similarmente, trabalhadores que por séculos foram obrigados, logo acostumados, que seu trabalho, que é pão, dependa na boa vontade de seus mestres, e de ver suas vidas sempre na mercê dos donos das terras e do capital, acabaram acreditando que são os seus mestres que os alimenta e ingenuamente perguntarem como poderia ser possível uma vida sem mestres.

Do mesmo jeito, alguém cujas pernas foram amarradas desde o nascimento mas que mesmo assim aprendeu a andar, pode atribuir sua habilidade de andar a essas cordas que de fato apenas servem para paralisar a energia muscular de suas pernas.

Se aos efeitos normais do hábito é então acrescentado o tipo de educação oferecido pelos mestres, padres, professores, etc., que têm um grande interesse em pregar que os mestres e o governo são necessários; se um fosse adicionar o juiz e o policial que estão sofrendo para reduzir ao silêncio aqueles que pensam diferente e são tentados a propagar suas ideias, então não será difícil entender como a visão prejudicada da utilidade, e necessidade dos mestres e do governo, tomou raiz nas mentes não sofisticadas das massas trabalhadoras.

Apenas imagine se um doutor expusesse ao nosso homem fictício com as pernas amarradas uma teoria, inteligentemente ilustrada com milhares de casos inventados que provam que se suas pernas fossem livres ele morreria, esse homem defenderia ferozmente seus laços e consideraria como seu inimigo qualquer um que tente removê-los.

Então, como desde sempre foi pensado governo é necessário e que sem o governo poderia apenas existir desordem e confusão, era apenas natural e lógico que anarquia, que significa a ausência de um governo, pareceria ser a ausência de ordem.

O fenômeno também não tem paralelo na história das palavras. Em tempos e países onde o povo acreditava na necessidade de um governo controlado por apenas uma pessoa (monarquia), a república, que é o governo de vários, era de fato usada no sentido de desordem e confusão.

Mude opiniões, convença o povo que o governo não é só desnecessário mas também extremamente prejudicial, e então a palavra anarquia, só por significar “ausência de governo”, começará a ser associada à: ordem natural, unidade das necessidades humanas e o interesse de todos; liberdade completa com solidariedade completa.

Aqueles que dizem, que por entanto, os anarquistas escolheram seu nome errado porque ele será erroneamente interpretado pelas massas e se inclina a interpretações incorretas, estão errados. O erro não vem da palavra, mas da “coisa”; e as dificuldades que os anarquistas enfrentam por causa de propaganda não depende do nome que eles escolheram, mas no fato de que seu conceito bate contra toda a visão estabelecida pelo povo sobre a função do governo, ou o Estado como também é chamado.

Antes de continua seria melhor deixar em claro esta palavra, “Estado”, que em nossa opinião é a causa da verdadeira confusão.

Anarquistas, incluindo este autor, usaram a palavra Estado, e ainda usam, para indicar a soma total das instituições políticas, legislativas, judiciárias, militares e financeiras através das quais a administra-

ção de seus próprios assuntos, o controle sobre seu comportamento pessoal e a responsabilidade por sua segurança pessoal, é tirada do povo e confiada a outros que, por usurpação ou delegação, são investidos no poder de fazer as leis para tudo e todos e obrigar as pessoas a observá-las, se necessário, pelo uso da força coletiva.

Neste sentido a palavra "Estado" significa governo, ou dito de outra forma, é a expressão abstrata impessoal desse estado de negócios, personificado pelo governo e portanto termos como "abolição o Estado" e "sociedade sem o Estado" descrevem exatamente o conceito que anarquistas procuram expressar, o da destruição de toda ordem política baseada na autoridade e da criação de uma sociedade de membros livres e iguais baseado na harmonia dos interesses e na participação voluntária de todo mundo no desempenho das responsabilidades sociais.

Mas a palavra tem vários outros significados, alguns dos quais levam a mal-entendidos, especialmente quando usado com pessoas cuja situação social infelizmente não lhes deu a oportunidade para se acostumar com as distinções sutis da linguagem científica, ou pior ainda, quando a palavra é usada com oponentes políticos de má-fé e que desejam criar confusão e não compreensão.

Portanto, a palavra Estado é frequentemente usada para descrever um tipo especial de sociedade, uma coletividade humana particular reunida em um determinado território formando o que é chamado de unidade social, independentemente da forma como os membros dessa coletividade estão agrupados ou do estado das relações entre eles. Também é usado simplesmente como sinônimo de sociedade. E por causa desses significados dados à palavra Estado, os oponentes acreditam, ou melhor, fingem acreditar que anarquistas querem abolir todo vínculo social, todo trabalho coletivo e condenar todos a viverem em um estado de isolamento, que é pior do que viver em condições de selvageria.

A palavra Estado também é usada para significar a administração suprema de um país: o poder central em oposição à autoridade provincial ou comunal. E por esta razão outros acreditam que os anarquistas querem uma simples descentralização territorial com o princípio governamental deixado intacto, e assim confundem anarquismo com cantonalismo e comunalismo.

Por estes motivos acreditamos que seria melhor usar o mínimo possível expressões como "abolição do Estado", substituindo-a pelo termo mais claro e concreto: abolição do governo.

De qualquer jeito, é o que faremos no decorrer deste panfleto.



Dissemos que anarquia é sociedade sem governo. Mas é a abolição do governo possível, desejável ou previsível?

Veremos.

O que é governo? A tendência metafísica que, apesar dos golpes que sofreu nas mãos da ciência positiva, ainda tem uma forte influência na mente das pessoas hoje em dia, tanto que muitos consideram o governo uma instituição moral com uma série de qualidades dadas de razão, justiça e equidade que são independentes das pessoas que estão no cargo. Para eles o governo, e de uma forma mais vaga, o Estado, é o poder social abstrato; é o representante sempre abstrato do interesse geral; é a expressão dos direitos de tudo considerado como limites dos direitos de cada indivíduo. E esta maneira de conceber o governo é incentivada pelos interessados que estão preocupados com que o princípio da autoridade seja guardado à salvo e sempre sobreviva às deficiências e aos erros cometidos por aqueles que se sucedem no exercício do poder.

Para nós, o governo é composto por todos os governadores; e os governadores (reis, presidentes, ministros, deputados, etc) são aqueles que têm o poder de fazer leis que regulam relações inter-humanas e fazer com que sejam impostas; de taxar e arrecadar impostos; de impor o alistamento militar obrigatório; de julgar e punir aqueles que infringem as leis; sujeitar contratos privados à regras, escrutínio e sanções; monopolizar alguns ramos de produção e alguns serviços públicos ou, se assim o desejarem, toda a produção e todos os serviços públicos; para promover ou impedir a troca de bens; para fazer guerra ou fazer a paz com os governadores de outros países; para conceder ou retirar privilégios ... e assim por diante. Resumindo, os governadores são aqueles que têm o poder, em maior ou menor grau, de fazer uso do poder social, isto é, o poder físico, intelectual e econômico de toda a comunidade, para obrigar todos a cumprir seus desejos. E esse poder, em nossa opinião, constitui o princípio do governo, da autoridade.

Mas que razão existe para a existência de governo? Por que desistir de sua liberdade e iniciativa pessoal e dar para alguns indivíduos? Por que dar a eles esse poder de assumir, por bem ou por mal, a força coletiva para usarem como quiserem? São eles tão excepcionalmente dotados para poder demonstrar com algum pingão de razão sua capacidade de substituir a massa do povo e proteger os interesses, todos os interesses, de todos melhor do que as próprias partes interessadas? São eles infalíveis e incorruptíveis ao ponto de podermos, com prudência, confiar o destino de cada um e de todos ao seu conhecimento e à sua bondade?

E mesmo que existissem homens de infinita bondade e conhecimento, e mesmo supondo, o que nunca foi observado na história, que o poder governamental estivesse nas mãos do mais capaz e gentil entre nós, iria o escritório do governo acrescentaria algo ao seu potencial benéfico? Ou, em vez disso, paralisaria e destruiria devido à necessidade que os homens do governo têm de lidar com tantos assuntos que eles não entendem e, acima de tudo, de desperdiçar suas energias mantendo-se no poder, seus amigos felizes e controlando os descontentes e também subjugando os rebeldes?

Além disso, os governadores podendo ser bons ou maus, instruídos ou estúpidos, quem os nomeará para seu cargo elevado? Eles se impõem por direito de conquista, guerra ou revolução? Mas, nesse caso, que garantia tem o público de que ele será inspirado pelo bem geral? Então, é uma questão clara de golpe de estado e se as vítimas estão insatisfeitas o único recurso que lhes é aberto é o da força para se livrar do jugo. Ele foi selecionados por uma classe ou grupo específico? Nesse caso, os interesses e ideias dessa classe ou partido certamente triunfarão, e a vontade e interesse dos outros serão sacrificados. Ele foi eleito por sufrágio universal? Mas, nesse caso o único critério são os números, que certamente não são prova de razão, justiça ou habilidade. O eleito seria os mais capazes de enganar o público; e a minoria, que pode muito bem ser a outra metade menos uma parte, seria sacrificada. E tudo isso sem ter em conta que a experiência demonstrou a impossibilidade de conceber uma máquina eleitoral em que os candidatos aprovados sejam, pelo menos, os verdadeiros representantes da maioria.





Muitas e variadas são as teorias com as quais alguns têm procurado explicar e justificar a existência de governo. No entanto, todas se baseiam na visão preconceituosa, admitida ou não, de que os humanos têm interesses conflitantes e que uma autoridade externa e superior, é necessária para obrigar parte do povo a respeitar os interesses da outra parte, prescrevendo e impondo aquela regra de conduta pela qual interesses opostos podem ser melhor resolvidos, e pela qual cada indivíduo alcançará a máxima satisfação com o mínimo sacrifício possível.

Os teóricos autoritários perguntam: se os interesses, tendências e aspirações de um indivíduo estão em desacordo com os de outro ou mesmo com os da sociedade como um todo, quem terá o direito e poder de obrigar cada um a respeitar os interesses do outro? Quem poderá impedir que um indivíduo viole a vontade geral? Eles dizem que a liberdade de cada um é limitada pela liberdade dos outros; mas quem estabelecerá esses limites e quem fará com que sejam respeitados? Os antagonismos naturais de interesses e temperamento criam a necessidade de governo e justificam a autoridade que é uma influência moderadora na luta social e define os limites dos direitos e deveres individuais.

Esta é a teoria; mas para que as teorias sejam válidas, elas devem ser baseadas em fatos e explicá-los — e sabe-se muito bem que na economia social muitas vezes são inventadas teorias para justificar os fatos, isto é, para defender o privilégio e torná-lo palatável para suas vítimas. Em vez disso, examinemos os fatos.

Ao longo da história, assim como em nossos tempos, o governo ou é o brutal, violento e arbitrário mandato de poucos sobre muitos ou é um instrumento organizado para garantir que o domínio e o privilégio estarão nas mãos daqueles que pela força, pela astúcia ou por herança, encurralaram todos os meios de vida, primeiro e principalmente a terra, de que fazem uso para manter o povo em cativo e fazê-lo trabalhar em seu benefício.

Existem duas formas de oprimir os homens: diretamente por força bruta, pela violência física; ou indiretamente, negando-lhes os meios de vida e, assim, reduzindo-os a um estado de rendição. O primeiro está na raiz do poder, isto é, do privilégio político; o último foi a origem da propriedade, ou seja, do privilégio econômico. O homem também pode ser reprimido trabalhando em sua inteligência e seus sentimentos, o que constitui o poder religioso ou “universitário”; mas assim como o espírito não existe exceto como resultante das forças materiais, uma mentira e os organismos criados para propagá-la não têm razão de ser, exceto se forem o resultado de privilégios políticos e econômicos, e um meio para defendê-los e consolidá-los.

Em sociedades primitivas escassamente povoadas e com relações sociais descomplicadas, em qualquer situação que impedisse o estabelecimento de hábitos, costumes de solidariedade, ou que destruísse os existentes e estabelecesse o domínio do homem pelo homem: os dois poderes, político e econômico, estavam presentes nas mesmas mãos, que podiam ser de uma só pessoa. Aqueles que pela força derrotaram e intimidaram outros, dispõem das pessoas e dos pertences dos derrotados e os obrigam a servir e trabalhar para eles e obedecer a sua vontade em todos os aspectos. Eles são ao mesmo tempo os proprietários de terras, os reis, os juízes e os algozes.

Mas com o crescimento da sociedade, com necessidades crescentes, com mais relações sociais complexas, a existência contínua de tal despotismo tornou-se insustentável. Os governantes, por razões de segurança, por conveniência e por ser impossível agir de outra forma, veem-se obrigados, por um lado, a ter o apoio de uma classe privilegiada, ou seja, de uma série de indivíduos com um interesse comum em governar, e por outro, deixar cada um se defender da melhor maneira que puder, reservando para si o poder supremo, que é o direito de explorar todos ao máximo, e a forma de satisfazer a vaidade de aqueles que querem dar as ordens. Assim, à sombra do poder, para sua proteção e apoio, muitas vezes sem o seu conhecimento e por razões além de seu controle, desenvolve-se a riqueza privada, ou seja, a classe proprietária. E estes últimos, concentrando gradativamente em suas mãos os meios de produção, as fontes reais da vida, agricultura, indústria, trocas, etc, acabam por estabelecer seu próprio poder que por causa da superioridade de seus meios, e da ampla variedade de interesses que abarca acaba sempre por sujeitar mais ou menos abertamente o poder político, que é o governo, e torná-lo em seu próprio soldado.

Este fenômeno ocorrera muitas vezes na história. Sempre que, como resultado de invasão ou de qualquer empreendimento militar, a força bruta ganhou vantagem na sociedade, os conquistadores mostraram uma tendência de concentrar o governo e a propriedade em suas próprias mãos. Mas sempre

a necessidade do governo de ganhar o apoio de uma classe poderosa, as demandas de produção e a impossibilidade de controlar e regular tudo, resultaram no restabelecimento da propriedade privada, a divisão dos dois poderes, e com ela a dependência de fato daqueles que controlam a força (governos) sobre aqueles que controlam a própria fonte de força (os proprietários). O governante acaba inevitavelmente se tornando o soldado dos proprietários.

Mas nunca este fenômeno esteve mais acentuado que nos tempos modernos. O desenvolvimento da produção, a vasta expansão do comércio, o poder incomensurável assumido pelo dinheiro e todas as questões econômicas decorrentes da descoberta da América, da invenção das máquinas, etc, garantiram esta supremacia à classe capitalista que, não mais contente com contar com o apoio do governo, exigiu que o governo surgisse de suas próprias fileiras. Um governo que deveu sua origem ao direito à conquista (o direito divino, como os reis e seus sacerdotes o chamavam), embora sujeito pelas circunstâncias existentes à classe capitalista, foi mantendo uma atitude orgulhosa e desdenhosa com os seus ex-escravos agora ricos, e teve pretensões de independência de dominação. Aquele governo era de fato o defensor, o soldado dos proprietários, mas o tipo de soldado que pensa que é alguém e se comporta de maneira arrogante com as pessoas que deve escutar e defender, quando não os roubam ou matam na próxima esquina; e a classe capitalista se livrou dele, ou está em processo de fazê-lo, por meios justos ou não, e substituindo-o por um governo de sua própria escolha, consistindo de membros de sua própria classe, que em todo momento estão sob seu controle e especificamente organizados para defender essa classe contra quaisquer possíveis demandas dos deserdados. O sistema parlamentar moderno começa aqui.

Hoje, o governo, constituído de proprietários e pessoas dependentes deles, está inteiramente à disposição dos proprietários, tanto é que os mais ricos entre eles rejeitam participar. Rothschild não precisa ser um deputado ou ministro, basta que os deputados e ministros recebam ordens dele.

Em muitos países, os trabalhadores nominalmente têm uma palavra a dizer mais ou menos importante na eleição do governo. É uma concessão feita pela burguesia, tanto para valer-se do apoio popular em sua luta contra o poder monárquico e aristocrático, como para dissuadir o povo de pensar na emancipação, dando-lhe a ilusão de soberania. Mas mesmo a burguesia tenha previsto ou não tenha previsto isto quando deu o voto ao povo pela primeira vez, o fato é que esse direito provou ser totalmente irrisório e serviu apenas para consolidar o poder da burguesia, ao mesmo tempo que concedeu o setor mais ativo da classe trabalhadora falsas esperanças de alcançar o poder. Mesmo com o sufrágio universal, e poderíamos muito bem dizer ainda mais com o sufrágio universal, o governo permaneceu como servo e soldado da burguesia. Pois, se fosse o contrário, com o governo insinuando que poderia assumir uma atitude hostil ou que a democracia poderia ser qualquer coisa menos um pretexto para enganar o povo, a burguesia, sentindo seus interesses ameaçados, reagiria rapidamente e faria uso de toda a influência e força de que dispõe, em razão de sua riqueza, para recolocar o governo em seu lugar como soldado da burguesia.

A função básica do governo em todo lugar e em todos os tempos, seja qual for o título que adote e seja qual for sua origem e organização, é sempre aquela de oprimir e explorar as massas, de defender os opressores e os exploradores, e seus principais, mais característicos e indispensáveis instrumentos são o policial e o coletor de impostos, o soldado e o carcereiro, a quem deve ser invariavelmente acrescentado o comerciante de mentiras, seja ele o padre ou o professor, remunerado ou protegido pelo governo para escravizar mentes e fazê-las aceitar docilmente a parelha.

É verdade que a essas funções básicas, a esses órgãos essenciais do governo, outras funções, outros órgãos foram acrescentados ao longo da história. Admitamos também que nunca ou quase nunca existiu um governo em qualquer país com um grau de civilização que não combinasse com suas atividades opressoras e saqueadoras outras que eram úteis ou indispensáveis para a vida social. Mas isso não diminui o fato de que o governo é por sua natureza opressor e saqueador, e que está na origem e por sua atitude, inevitavelmente inclinado a defender e fortalecer a classe dominante; na verdade, ela confirma e agrava a sua posição.

Na verdade, o governo se dá ao trabalho de proteger, mais ou menos, a vida dos cidadãos contra ataques diretos e violentos; reconhece e legaliza uma série de direitos e deveres básicos, bem como usos e costumes sem os quais a vida social não seria possível; organiza e gera uma série de serviços públicos, tais como correios, estradas, limpeza e eliminação de resíduos, beneficiação e conservação de terras, etc; promove orfanatos e hospitais, e muitas vezes se compromete em se passar como protetor e benfeitor dos

pobres e fracos. Mas basta entender como e por que ele exerce essas funções para encontrar a evidência prática de que tudo o que os governos fazem é sempre motivado pelo desejo de dominar, e está sempre voltado a defender, estender e perpetuar seus privilégios e os da classe do que é o representante e o defensor.

Um governo não pode se manter por muito tempo sem esconder sua verdadeira natureza atrás de uma pretensão de utilidade geral; ele não pode impor o respeito pela vida de pessoas privilegiadas se não parece exigir respeito por toda a vida humana, não pode impor a aceitação dos privilégios de poucos se não pretende ser o guardião dos direitos de todos. “A lei”, diz Kropotkin, e com isso se entende aqueles que fizeram a lei, isto é, o governo, “usou os sentimentos sociais do homem para fazer passar não apenas os preceitos morais que eram aceitáveis para o homem, mas também ordens que foram úteis apenas para a minoria de exploradores contra os quais ele teria se rebelado.”

Um governo não pode querer que a sociedade se desintegre, pois isso significaria que ele e a classe dominante seriam privados das fontes de exploração; nem pode deixar a sociedade se manter sem intervenção oficial, pois então o povo logo perceberia que o governo serve apenas para defender os proprietários que os mantêm em condição de fome, e eles se apressariam em se livrar tanto do governo quanto da propriedade os proprietários.

Hoje, os governos, confrontados com as demandas urgentes e ameaçadoras dos trabalhadores, mostram uma tendência para arbitrar nas negociações entre mestres e trabalhadores; desta forma, procuram desviar o movimento dos trabalhadores e, com algumas reformas enganosas, impedir que os pobres tomem para si o que lhes é devido, que é uma parte do bem-estar igual àquela desfrutada pelos outros.

Além disso, é preciso ter em mente que por um lado a burguesia (os proprietários) estão sempre em guerra entre si mesmos e engolindo-se mutuamente e que por outro lado o governo, embora brotando da burguesia e sendo seu servo e protetor, tenta, como qualquer servo e qualquer protetor, alcançar sua própria emancipação e dominar quem ele protege. Daí o jogo das viradas, das manobras, das concessões e retiradas, das tentativas de encontrar aliados entre o povo contra os conservadores, e entre os conservadores contra o povo, que é a ciência dos governantes e que cega os ingênuos e os fleumáticos que sempre esperam que a salvação desça até eles do alto.

Apesar de tudo isso, a natureza do governo não muda. Se ele assume o papel de controlador e garante os direitos e deveres de todos, perverte o sentimento de justiça; qualifica como crime e pune toda ação que viola ou ameace os privilégios dos governantes e dos proprietários, e declara como justa e legal a exploração mais ultrajante dos pobres, o lento e sustentado assassinato material e moral perpetrado por aqueles que tem às custas daqueles que não tem. Se ele autodenomina administrador dos serviços públicos, novamente, como sempre, zela pelos interesses dos governantes e dos proprietários e não atende aos dos trabalhadores exceto onde for necessário porque o povo concorda em pagar. Se assume o papel de professor, dificulta a propagação da verdade e tende a preparar as mentes e os corações dos jovens para se tornarem tiranos implacáveis ou escravos dóceis, de acordo com a classe a que pertencem. Nas mãos do governo tudo se torna um meio de exploração, tudo se torna uma instituição de policiamento, útil apenas para manter as pessoas sob controle.

E tinha que ser assim. Pois se a existência humana é uma luta entre homens obviamente deve haver vencedores e perdedores, e o governo, que é o prêmio da luta e um meio para garantir aos vencedores os resultados da vitória e de perpetuá-los, certamente nunca cairá no nas mãos de quem perde, seja a luta baseada na força física, seja intelectual ou seja no campo da economia. E aqueles que lutaram para vencer, ou seja, para garantir melhores condições para si próprios do que os outros desfrutavam, e para ganhar privilégios e poder, certamente não os usarão para defender os direitos dos vencidos e estabelecer limites para seu próprio poder, bem como o de seus amigos e apoiadores.

O governo, ou como alguns o chamam, o Estado judiciário, como moderador da luta social e administrador imparcial do interesse público, é uma mentira, uma ilusão, uma utopia nunca alcançada e nunca realizada.

Se os interesses do homem fossem realmente antagônicos, se a luta entre os homens fosse de fato uma lei essencial básica das sociedades humanas e se a liberdade do indivíduo fosse limitada pela liberdade dos outros, então todos sempre procurariam garantir que seus interesses prevalecessem, todos tentariam aumentar sua própria liberdade às custas da liberdade de outras pessoas, e um teria um governo, não apenas porque seria mais ou menos útil para todos os membros da sociedade ter um,

mas porque os vencedores iriam querer assegurar-se dos frutos da vitória submetendo os vencidos e assim se liberando do incômodo de permanecerem permanentemente na defensiva, confiando sua defesa em homens especialmente treinados como soldados profissionais. Nesse caso, a humanidade estaria condenada a perecer ou a viver para sempre a luta entre a tirania dos vencedores e a rebelião dos vencidos.

Mas felizmente o futuro da humanidade é mais feliz porque a lei que o rege é mais branda. Esta lei é a solidariedade.

As características essenciais fundamentais do homem são o instinto da sua própria preservação, sem o qual nenhum ser vivo poderia existir, e o instinto da preservação de sua espécie, sem o qual nenhuma espécie poderia ter se desenvolvido e resistido. Ele é naturalmente levado a defender sua existência e o bem-estar individual, bem como o de sua prole, contra tudo e todos.

Na natureza, os seres vivos têm duas maneiras de sobreviver e de tornar a vida mais agradável. Uma é pela luta individual contra os elementos e contra outros indivíduos da mesma ou de outra espécie; a outra é pela ajuda mútua, pela cooperação, que também poderia ser descrita como a associação para a luta contra todos os fatores naturais antagônicos à existência, ao desenvolvimento e ao bem-estar dos associados.

À parte as considerações de espaço, não há necessidade de examinar nas páginas que se seguem o papel relativo na evolução do mundo orgânico desempenhado por esses dois princípios: o da luta e o da cooperação. Bastará afirmar que, no que diz respeito ao homem, a cooperação (voluntária ou compulsória) tornou-se o único meio para o progresso, o avanço e a segurança; e que a luta, uma relíquia de nossos ancestrais, não só se mostrou inútil para garantir o bem-estar individual, mas também é prejudicial a todos, vencedores e vencidos.

A experiência acumulada e comunicada pelas gerações ensinou aos homens que, unindo-se a outros homens, sua segurança e bem-estar individuais aumentavam. Assim, como resultado da própria luta pela existência travada contra o ambiente natural e contra indivíduos da mesma espécie, um sentimento social se desenvolveu no homem que transformou completamente as condições de sua existência. E com a força disso, o homem foi capaz de emergir do estado animal e ascender ao grande poder, e assim se elevar acima dos outros animais que os filósofos antimaterialistas consideraram necessário inventar uma alma imaterial e imortal para ele.

Muitas causas concomitantes contribuíram para o desenvolvimento deste sentimento social que, partindo da base animal do instinto de preservação da espécie (que é o instinto social limitado à família natural), atingiu grandes alturas tanto em intensidade quanto em extensão, tanto que constitui a própria base da natureza moral do homem.

O homem, embora tivesse emergido da mais baixa ordem da vida animal, era fraco e não estava equipado suficiente para se envolver na luta individual contra os animais carnívoros. Mas com um cérebro capaz de grande desenvolvimento, um órgão vocal capaz de expressar com uma variedade de sons diferentes vibrações cerebrais, e com mãos especialmente adequadas para moldar a matéria à sua vontade, deve ter logo sentido a necessidade por, e as vantagens derivadas de, uma associação; de fato, pode-se dizer que ele só saiu do estado animal quando se tornou um ser social e adquiriu o uso da linguagem, que é ao mesmo tempo uma consequência e um fator importante da sociabilidade.

O número relativamente pequeno de seres humanos, por tornar a luta pela existência entre os homens, mesmo sem associação, menos amarga, menos prolongada, menos necessária, deve ter facilitado muito o desenvolvimento de sentimentos de simpatia, e dado tempo para descobrir e apreciar a utilidade da ajuda mútua.

Finalmente, a capacidade do homem de modificar seu ambiente externo e adaptá-lo às suas necessidades, que adquiriu graças às suas qualidades originais aplicadas em cooperação com um número menor ou maior de associados; o número crescente de demandas que crescem à medida que os meios de satisfazê-las crescem e se tornam necessidades; a divisão do trabalho que é o resultado da exploração sistemática da natureza em benefício do homem, todos esses fatores resultaram na vida social se tornando o ambiente necessário para o homem, fora do qual ele não pode continuar vivendo, ou se o fizer, ele retornará ao estado animal.

E pelo refinamento dos sentimentos com o crescimento das relações e pelos costumes impressos na espécie através da hereditariedade ao longo de milhares de séculos, essa necessidade de uma vida social,

de uma troca de pensamentos e sentimentos, tornou-se para o homem uma forma de ser que é essencial ao nosso modo de vida, e se transformou em simpatia, amizade, amor, e segue independentemente das vantagens materiais que a associação proporciona, tanto que para satisfazê-la muitas vezes se enfrenta todo tipo de sofrimento e até a morte.

Em outras palavras, as enormes vantagens que advêm aos homens por meio da associação; o estado de inferioridade física, de forma alguma comparável à sua superioridade intelectual, na qual ele encontra por si mesmo em relação ao reino animal se permanecer isolado; a possibilidade dos homens de se juntarem com um número cada vez maior de indivíduos e em relações cada vez mais íntimas e complexas ao ponto onde a associação se estende a toda a humanidade e todos os aspectos da vida, e talvez mais do que qualquer coisa, à possibilidade do homem de produzir, através do trabalho em cooperação com outros, mais do que ele precisa para sobreviver, e os sentimentos afetivos que brotam de tudo isso, tudo deram à luta humana pela existência uma complexidade bastante diferente da luta que geralmente é travada por outros membros do reino animal.

Embora agora saibamos, e as descobertas dos naturalistas contemporâneos estão nos fornecendo diariamente com novas evidências, que a cooperação desempenhou e continua desempenhando um papel muito importante no desenvolvimento do mundo orgânico insuspeitado por aqueles que procuraram, de uma forma irrelevante de qualquer maneira, justificar o domínio burguês com as teorias darwinianas, mas o abismo que separa a luta do homem daquele do reino animal permanece enorme, e em proporção direta com a distância entre o homem e os outros animais.

Outros animais lutam individualmente ou, mais frequentemente, em pequenos grupos permanentes ou transitórios contra toda a natureza, incluindo outros indivíduos da mesma espécie. As criaturas mais sociais entre eles, como formigas, abelhas, etc., são leais a todos os indivíduos do mesmo formigueiro ou colmeia, mas estão em guerra ou são indiferentes às outras comunidades da mesma espécie. A luta humana, ao contrário, tende sempre a ampliar a associação entre os homens, sua comunidade de interesses, e a desenvolver o sentimento de amor do homem por seus semelhantes, de conquistar e superar as forças externas da natureza pela humanidade e para a humanidade. Toda luta que visa obter vantagens independentemente ou à custa dos outros, é contrária à natureza social do homem moderno e tende a conduzi-lo de volta ao estado animal.

A solidariedade, que é a harmonia de interesses e de sentimentos, a união dos indivíduos para o bem de todos, e de todos para o bem de cada um, é o único ambiente no qual o homem pode expressar sua personalidade e atingir seu ótimo desenvolvimento e desfrutar o maior bem-estar possível. Este é o objetivo para o qual avança a evolução humana; é o princípio superior que resolve todos os antagonismos existentes, que de outra forma seriam insolúveis, e resulta na liberdade de cada um não sendo limitada, mas complementada, na verdade, encontrando a razão de ser necessária, a liberdade dos outros.



Michael Bakunin disse que “Nenhum indivíduo pode reconhecer sua própria humanidade e, conseqüentemente, percebê-la em sua vida, a não ser reconhecendo-a nos outros e cooperando em sua realização para os outros. Nenhum homem pode alcançar a sua própria emancipação sem ao mesmo tempo trabalhar pela emancipação de todos os homens ao seu redor. Minha liberdade é a liberdade de todos, já que sou apenas verdadeiramente livre de fato quando minha liberdade e meus direitos são confirmados e aprovados na liberdade e nos direitos de todos os homens que são meus iguais.

“Importa muito para mim o que os outros homens são, porque por mais independente que eu pareça ser ou que eu pense que sou, por causa da minha posição social, fosse eu Papa, Tzar, Imperador ou mesmo Primeiro Ministro, continuo sempre o produto do que os mais humildes entre eles são: se são ignorantes, pobres, escravos, minha existência é determinada pela escravidão deles. Eu, um homem iluminado ou inteligente, sou, por exemplo, neste caso, tornado estúpido pela sua estupidez; como um homem corajoso, sou escravizado por sua escravidão; como rico, tremo diante da pobreza deles; como uma pessoa privilegiada, fico pálida diante de sua justiça. Eu que quero ser livre não posso ser porque todos os homens ao meu redor ainda não querem ser livres e, conseqüentemente, eles se tornam ferramentas de opressão contra mim”.

A solidariedade é portanto o estado de ser em que o homem atinge o maior grau de segurança e bem-estar; e portanto o próprio egoísmo, que é a consideração exclusiva dos próprios interesses, impele o homem e a sociedade humana à solidariedade; ou seria melhor dizer que egoísmo e altruísmo (preocupação com os interesses dos outros) se fundem em um único sentimento, assim como os interesses do indivíduo e os da sociedade coincidem.

No entanto, o homem não poderia, de um salto, passar do estado animal para o estado humano, da luta violenta entre homem contra homem para a luta conjunta de todos os homens unidos em camaradagem contra as forças externas da natureza.

Guiado pelas vantagens que a associação e a conseqüente divisão do trabalho oferecem, o homem se desenvolveu para a solidariedade; mas seu desenvolvimento se encontrou com um obstáculo que o afastou de seu objetivo e continua a fazê-lo até hoje. O homem descobriu que poderia, pelo menos até certo ponto e para as necessidades materiais e básicas que só então sentia, atingir as vantagens da cooperação por sujeitar outros homens à sua vontade em vez de se unir a eles; e em vista do fato de que os instintos ferozes e antissociais herdados de sua descendência animal ainda eram fortes nele, ele obrigou os mais fracos a trabalharem para ele, preferindo a dominação à associação. Talvez também, na maioria dos casos, tenha sido explorando os vencidos que o homem aprendeu pela primeira vez a compreender as vantagens da associação, o bem que o homem poderia derivar do apoio de seus semelhantes.

Assim a compreensão da utilidade da cooperação, que deveria haver levado ao triunfo da solidariedade em todas as relações humanas, deu origem à propriedade privada e ao governo, isto é, a exploração do trabalho de toda a comunidade por uma minoria privilegiada.

Ainda era associação e cooperação, fora das quais não há vida humana possível; mas era uma forma de cooperação imposta e controlada por alguns para seu próprio interesse pessoal.

Deste fato surgiu a grande contradição, que preenche as páginas da história humana, entre a tendência à associação e camaradagem para a conquista e adaptação do mundo exterior final para as necessidades do homem e pela satisfação de sentimentos de afeto — e a tendência para dividir em várias unidades separadas e hostis, pois são os agrupamentos determinados por áreas geográficas e condições etnográficas, como são as atitudes econômicas, como são aqueles homens que conseguiram ganhar uma vantagem e querem ter certeza disso e aumentar, como são aqueles que esperam ganhar um privilégio, como são aqueles que sofrem por uma injustiça ou um privilégio e se rebelam e procuram fazer emendas.

O princípio de cada um por si, que é a guerra de todos contra todos, surgiu no decorrer da história para complicar, desviar e paralisar a guerra de todos contra a natureza pelo bem-estar maior da humanidade, que só pode ser totalmente bem-sucedido por ser baseado no princípio de todos por um e um por todos.

A humanidade sofreu grandes danos como resultado desta intrusão de dominação e exploração no meio da associação humana. Mas apesar da terrível opressão que as massas foram submetidas, apesar da pobreza, apesar do vício, do crime e da degradação que a pobreza e a escravidão produz nos escravos e nos senhores, apesar do antagonismo acumulado, das guerras de extermínio, apesar dos conflitos de interesses criados artificialmente, o instinto social sobreviveu e desenvolveu. A cooperação sempre permaneceu como a condição essencial para o homem travar uma guerra bem-sucedida contra a natureza externa,

e também permaneceu como a causa permanente para fazer os homens próximos uns dos outros e por desenvolver entre eles sentimentos de simpatia. A própria opressão das massas criaram um sentimento de camaradagem entre os oprimidos; e é apenas por causa da solidariedade mais ou menos consciente e generalizada que existia entre os oprimidos que eles foram capazes de suportar a opressão e que a humanidade sobreviveu às causas de morte que se arrastaram em seu meio.

Hoje, o imenso desenvolvimento da produção, o crescimento das necessidades que podem ser satisfeitas apenas com a participação de grande números de pessoas em todos os países, os meios de comunicação, com viagens se tornando um lugar-comum, ciência, literatura, negócios e até mesmo guerras, todas tem atraído a humanidade a um único corpo cada vez mais compacto, cujas partes constituintes, unidas entre si, só podem encontrar satisfação e liberdade para se desenvolverem por meio do bem-estar das outras partes constituintes, bem como o do todo.

O morador de Nápoles se preocupa tanto com a melhoria das condições de vida das pessoas que habitam as margens do Ganges, de onde a cólera vem até ele, como ele está na drenagem da fundação na sua própria cidade. O bem-estar, a liberdade e o futuro de um montanhês perdido entre as gargantas dos Apeninos, não dependem apenas das condições de prosperidade ou da pobreza dos habitantes de sua vila e da condição geral do povo italiano, mas também nas condições dos trabalhadores nos Estados Unidos ou na Austrália, na descoberta feita por um cientista sueco, no estado mental e as condições materiais dos chineses, na existência de guerra ou paz na África; em poucas palavras, em todas as circunstâncias grandes e pequenas que em qualquer lugar do mundo estão agindo em um ser humano.

Nas condições atuais da sociedade, esta vasta solidariedade que une todos os homens é em sua maioria inconsciente, já que surge espontaneamente do atrito entre interesses individuais, enquanto os homens dificilmente se preocupam com o interesse geral. E esta é a prova mais clara de que a solidariedade é uma lei natural da humanidade, que se manifesta e impõe respeito apesar de todos os obstáculos e dissensões criadas pela sociedade como presentemente constituída.

Por outro lado, as massas oprimidas que nunca se resignaram totalmente à opressão e à pobreza, e que hoje mais do que nunca se mostram sedentas por justiça, liberdade e bem-estar, estão começando a compreender que não serão capazes de alcançar a sua emancipação sem união e solidariedade com todos os oprimidos, com os explorados em todo o mundo. E também entendem que a condição indispensável para a sua emancipação e que não pode ser negligenciada é a posse dos meios de produção, da terra e dos instrumentos de trabalho e, portanto, a abolição da propriedade privada. E a ciência, a observação das manifestações sociais, indica que esta abolição da propriedade privada seria de um grande valor até mesmo para a minoria privilegiada, se ao menos eles quisessem abandonar a sua atitude dominadora e trabalhar com todos para o bem comum.

Portanto, se as massas oprimidas se recusassem a trabalhar para os outros e tomassem a terra e os instrumentos de trabalho dos proprietários, ou quisessem usá-los em suas por conta própria ou para seu próprio benefício, isto é, o benefício de todos, se eles decidirem nunca mais suportar a dominação e a força bruta, nem o privilégio econômico, e se o sentimento de a solidariedade humana, fortalecido por uma comunidade de interesses, teria posto fim às guerras e ao colonialismo, que justificativa haveria para a continuidade da existência do governo?

Uma vez que a propriedade privada tenha sido abolida, o governo que é seu defensor deve desaparecer. Se ele sobrevivesse, tenderia sempre a restabelecer uma classe privilegiada e opressora em algum disfarce.

E a abolição do governo não significa e não pode significar a ruptura do vínculo social. Muito pelo contrário, a cooperação que hoje se impõe e se dirige ao benefício de poucos, seria livre, voluntária e direcionada aos interesses de todos; e, portanto, se tornaria muito mais difundida e eficaz.

O instinto social, o sentimento de solidariedade, seria desenvolvido ao mais alto grau; e todo homem se esforçaria em fazer o melhor por todos os outros, tanto para satisfazer seus sentimentos íntimos quanto também ao seu interesse claramente compreendido.

Da livre participação de todos, por meio do agrupamento espontâneo dos homens segundo suas exigências e simpatias, de cima para baixo, do mais simples ao mais complexo, começando pelos interesses mais urgentes e terminando nos mais remotos e mais geral, surgiria uma organização social cuja função seria o maior bem estar e a maior liberdade para todos, e uniria toda a humanidade em uma comunidade de camaradagem, e seria modificada e melhorada de acordo com as circunstâncias em mudança e as lições aprendidas com a experiência.



Esta sociedade de pessoas livres, esta sociedade de amigos, é a Anarquia.



Até o momento nós estávamos considerado o governo por si só, como sua existência necessária em uma sociedade construída em cima de privilégio, exploração e a opressão de homem por homem, no conflito de interesses, na batalha intersocial, em uma palavra, na propriedade individual.

Nós vimos como esse estado de conflito, longe de ser uma condição necessária na existência do Homem, é contra o interesse do progresso humano, e tendo concluído que através da abolição da propriedade privada e todo comando sobre o homem, governo perde sua razão de existência e deve ser abolido.

Entretanto, poderiam nos dizer: “Mas quando o princípio na qual a organização da sociedade é hoje baseada houvesse que ser mudada, e solidariedade substituísse luta pela existência, e propriedade comum assumisse propriedade privada, o governo mudaria sua natureza de ser o protetor o representante dos interesses de uma classe, já que classes não mais existiriam, se tornaria o representante da sociedade como um todo. Seu dever seria prover e regular cooperação social no interesse de todos; para defender a sociedade de qualquer tentativa direta para reintroduzir privilégio, para precaver e suprimir tentativas de qualquer grupo contra a vida, o bem estar e a liberdade de cada um de nós

“Há na sociedade algumas agências as quais são de devida importância e que requerem atenção demasiada e continuidade, para elas serem deixadas ao arbítrio livre dos indivíduos, sem o perigo de observar tudo em estado de confusão.

“Quem organizará e garantirá, se não haverá governo, provisão de alimentos, distribuição, serviços de saúde, o correio, serviços de telégrafo, as ferrovias e etc? Quem cuidaria da educação pública? Quem se comprometeria com os vastos projetos exploratórios, obras de drenagem de terras, pesquisas científicas, as quais transformariam a face da terra e exacerbar o poder do Homem em cem vezes?

“Quem observaria a conservação e o desenvolvimento da riqueza social para passá-la para frente enriquecida e aprimorada para as gerações futuras?

“Quem teria um mandato para prevenir e punir crimes, ou seja ação antissocial?

“E aqueles que não desejam cumprir a lei da solidariedade e não querem trabalhar? E aqueles que espalham doença em um país e recusam-se a tomar as precauções higiênicas reconhecidas úteis pela ciência? E supondo que haveriam pessoas, sanas e insanas, que gostariam de botar fogo em uma colheita, assediar uma criança sexualmente, ou tirar vantagem da sua força e assaltar aos fracos?

“Para destruir a propriedade privada e abolir os existentes governos, sem então a criação de um governo o qual organizaria a vida social e a afirmação da solidariedade social, não significaria a abolição de privilégio e uma condução à um mundo de paz e bem estar; ao contrário, significaria a destruição de todos os laços sociais, e levaria a humanidade à barbarismo, à lei de cada um por si, na qual o triunfo primeiramente da força bruta e secundariamente o privilégio econômico.”

Essas são as perguntas as quais os autoritários nos questionam, até mesmo quando consideram-se socialistas, seria quando eles desejam abolir propriedade privada e o governo de classe o qual eles dão surgimento.

Podemos responder que em primeiro lugar não é verdade que desde que as condições sociais mudem a natureza e o dever do governo iria mudar. Órgão e função são termos inseparáveis. Remova a função de um órgão e ou ele morrerá ou a função será reestabilizada. Posicione um exército em um país no qual não há nem razões para, nem medo de, guerra civil ou externa, e irá provocar guerra ou, se não suceder nas suas intenções, irá colapsar. Uma força policial onde não há crimes para resolver ou criminais para apreender, irá inventar ambos, ou deixar de existir.

Na França há existido por séculos uma instituição, a louverterie agora incorporada na Administração Florestal, os oficiais dos quais eram confiados com tarefas de exterminar lobos e outras criaturas nocivas. Ninguém ficará surpreso em aprender que só por essa instituição existir que ainda existem lobos na França e em invernos excepcionais eles causam destruição. O público dificilmente se preocupa com esses lobos mas mesmo assim ainda há exterminadores de lobos quem estão lá para lidar com eles, e certamente caçam os lobos inteligentemente, poupando as tocas por tempo suficiente para eles terem tempo suficiente para procriar seus filhotes e logo prevenir a exterminação de uma espécie animal interessante. O camponeses franceses tem na realidade pouca fé nesses pegadores de lobos, e consideram-lhes mais como preservadores de lobos. E é entendível o porquê: O que os “Tenentes do louverterie” fariam se não houvesse mais lobos?

Um governo, no qual um grupo de pessoas são confiadas a fazer leis e imponderados a usar o poder coletivo para obrigar cada individual a os obedecer, já é uma classe privilegiada e desconectada das

peessoas. Como qualquer outro corpo constituído faria, ele buscará instintivamente estender os seus podres, para além de controle público, para impor suas próprias políticas e dá prioridade especial para seus interesses especiais. Tendo sido colocado em uma posição privilegiada, o governo já está desacordo com as pessoas cuja força é descartada.

De qualquer maneira, mesmo se o governo desejasse, ele não conseguiria satisfazer a todos, mesmo se ele conseguisse contentar alguns. Ele teria que se defender contra os infelizes, e logo teria que conseguir suporte de uma seção das pessoas para obter o desejado. E então a velha história da classe privilegiada a qual surge através da cumplicidade do governo começa do início novamente e, nesse caso, se ela não houvesse se apropriado da terra certamente obteriam posições chaves, especialmente criadas, e oprimiriam e explorariam não menos que a classe capitalista.

Os dominadores acostumados a darem ordens, não desejariam ser mais uma vez dos membros do público, e mesmo se eles não conseguissem manter o seu poder eles pelo menos iriam ter certeza de assegurar posições privilegiadas para quando eles devem passar o poder para outros. Eles usariam todos os meios disponíveis para aqueles em poder terem seus amigos eleitos como sucessores os quais nos seus turnos então iriam os suportar e proteger. Portanto o governo passaria para lá e para cá nas mesmas mãos, e democracia, a qual é alegada como governo de todos, acabaria, como sempre, em uma oligarquia, a qual é o governo dos poucos, o governo de uma classe.

E o que uma oligarquia toda poderosa, opressiva, a qual cobre todas as faces do viver dever ser uma a qual tem ao seu serviço, que está a sua disposição, toda a riqueza social, todos os serviços públicos, dos alimentos até a manufatura de fósforo, de universidades até salões de música!



Levando em conta o pressuposto de que o governo em nenhum caso fosse uma classe privilegiada, e poderia sobreviver sem criar em volta de si mesmo uma classe privilegiada, e se manter o representante, o servo como se fosse, de toda sociedade. E qual propósito útil ele poderia servir? Como e de qual maneira isso aumentaria a força, a inteligência, o espírito de solidariedade, a preocupação para o bem estar de todos e das futuras gerações, as quais em qualquer momento acontecem à existir em uma determinada sociedade?

É sempre a mesma velha pergunta do homem amarrado o qual tem lidado a viver apesar dos seus laços pensarem que ele vive por causa dos mesmos. Nós estamos acostumados à vida sob o governo o qual se apropria de toda a energia, inteligência e vontade os quais são direcionados aos seus próprios fins; e atrapalha, paralisa e oprime todos aqueles os quais não servem ao seu propósito ou são hostis — e nós pensamos que tudo que é feito na sociedade é carregado graças ao governo, e sem o mesmo não haveria qualquer energia, inteligência ou boa vontade restante na sociedade. Logo (como nós já havíamos previamente dito), o proprietário de terra o qual apossou-se da terra ganha outros a trabalhar para seu lucro, deixando o trabalhador com o mínimo necessário para que então ele consiga e irá continuar à trabalhar e o trabalhador escravizado imagina que ele não conseguiria viver sem o mestre, como se o ultimo tivesse criado a terra e as forças da natureza.

O que o próprio governo consegue acrescentar à moral e as forças materiais que há na sociedade? Não seria esse um caso similar ao do Deus da Bíblia o qual cria do nada?

Desde que nada é criado no qual é habitualmente chamado o mundo material, então nada é criado nessa forma mais complicada do mundo material a qual é chamada de mundo social. E assim os governantes apenas podem fazer uso de forças que existem na sociedade, a não ser por aquelas grandes forças as quais a ação governamental paralisa e as destrói, e as forças rebeldes, e tudo aquilo que é gasto em conflito; inevitavelmente perdas tremendas em um sistema tão artificial. Se eles contribuem algo de si mesmos eles apenas podem fazer como homens e não como governantes. E dessas forças materiais e morais as quais permanecem a disposição do governo, apenas uma parte minuciosa é permitida à ter um papel útil na sociedade. O resto ou é consumido em ações repressivas para manter as forças rebeldes em seus lugares ou é de caso contrário divergida dos seus fins de bem geral e usados para beneficiar os poucos à custo da maioria das pessoas.

Muito já tem sido dito sobre as funções respectivas da iniciativa individual e ação social na vida e progresso das sociedades humanas; e pelos truques usuais da linguagem da metafísica, os problemas só vem se tornando tão confusos que no final aqueles os quais declaram que tudo é mantido e continuado no mundo humano graças a ações individuais aparentam ser radicais. De fato isso é uma verdade no senso comum a qual é óbvia no momento no qual um tenta a entender a significância das palavras. O verdadeiro ser é o homem, o indivíduo. Sociedade ou o coletivo, e o Estado ou governo o qual diz representá-lo, se não for uma abstração em vão, deve ser feita de indivíduos. E está no organismo de todo indivíduo que todos os pensamentos e ações humanas inevitavelmente tem sua origem, e de serem individual tornaram-se pensamentos coletivos e atos quando eles são ou tornam-se aceitados por vários indivíduos. Ação social, logo não é a negação ou a complementação de ação individual, mas é o resultante das iniciativas, pensamentos e ações de todos os indivíduos os quais formam a sociedade; um resultante o qual, tudo sendo igual, é melhor ou menor dependendo se forças individuais são direcionadas a um objetivo comum ou são divididas ou antagônicas. E se ao contrário, como fazem os autoritários, um diz ação governamental quando fala de ação social, então esse ainda é o resultante de forças individuais, mas apenas daqueles indivíduos os que formam o governo ou aquele por razão de sua posição podem influenciar a política do governo.

Portanto na duradoura luta entra liberdade e autoridade, ou em outras palavras entre socialismo e um estado de classe, a pergunta não é realmente uma em mudar as relações entre a sociedade e o indivíduo; também não é uma de aumentar a independência do indivíduo aos custos da interferência social ou vice versa. Mas sim uma questão de prevenir alguns indivíduos de oprimir os outros; de dar a todos os indivíduos os mesmos direitos e os mesmos meios de ação; e substituir a iniciativa dos poucos, a qual inevitavelmente resulta na opressão de todo o resto. É afinal, uma questão de uma vez por todas destruir toda a dominação e exploração de homem por homem, para que então todos possam ter uma participação na comunidade, e forças individuais, invés de serem destruídas ou lutarem contra si

mesmas ou se desconectarem de umas a outras, encontrarão a possibilidade de preenchimento completo, e se juntarem para o benefício melhor de todos.

Mesmo se nós seguimos nossa hipótese do governo ideal dos socialistas autoritários, ele segue do que nós havíamos dito que longe de resultar um aumento em produtividade, organização e forças produtivas na sociedade, lhes reduziria, limitando a iniciativa dos poucos, e dando-lhes o direito de fazer tudo sem, claro, serem capazes de proverem-lhes com o dom de ser onisciente.

Se de fato, você tirar da lei e a atividade inteira do governo tudo que existe para defender a minoria privilegiada e a qual representa os desejos dos mesmos, o que resta o qual não é resultado de todos? Sismondi disse que “O Estado é sempre um poder conservador o qual legaliza, regulariza e organiza as vitórias do progresso” (e história adiciona que ele direciona lhes para os seus próprios fins e os da classe privilegiada) “mas nunca os introduzem. Essas vitórias são sempre começadas de baixo, elas nascem nos coração da sociedade, do pensamento individual o qual é então espalhado por toda a parte, torna-se opiniões, a maioria, mas fazendo o seu caminho ele deve sempre encontrar com e combater governantes, tradição, hábito, privilégio e erro.”

De qualquer maneira, em ordem para entender como uma sociedade pode viver sem governo, um tem que apenas observar de forma profunda a sociedade existente, e um verá como em fato a maior parte, a parte importante da vida social, é dispensada até mesmo fora da intervenção do governo, e que o governo apenas interfere em ordem para explorar as massas, para defender a minoria privilegiada, e além do mais encontra-se sancionando, bem ineficientemente, tudo que tem sido feito sem sua intervenção, e frequentemente apesar de e até mesmo contra ele. Homens trabalham, barganham, estudam, viajam e seguem para o melhor das suas regras morais do conhecimento e aqueles de bem estar; beneficiam de avanços feitos na ciência e artes, tem relações espalhadas entre si, tudo sem o sentimento de necessidade de alguém para falar-lhes como agir. De fato, só são esses assuntos sob os quais o governo não tem controle que funcione bem, que dê origem para menos controvérsia e são resolvidas por consenso geral para que assim todos se sintam felizes e também úteis.

O governo também não é especialmente necessário para empresas de larga escala e serviços públicos que requerem emprego de tempo integral de um grande número de pessoas de países diferentes e condições. Centenas de dezenas dessas esforços são, até mesmo hoje, o resultado de associações individuais constituídas livremente, e são de acordo comum as quais funcionam melhor. Nós também não estamos falando de associações capitalistas, organizadas para o propósito de exploração, entretanto, demonstram bastante as potencialidades e o poder da livre associação e como ela pode espalhar para incluir pessoas de todos os países, bem como interesses vastos e contrastantes. Mas então vamos conversar sobre aquelas associações as quais, inspiradas por um amor de um querido ser, ou pela paixão pela ciência, ou mais simplesmente pelo desejo de se divertir e ser aplaudido, são mais representativos dos agrupamentos de como eles serão em uma sociedade a qual, tendo tido abolido a propriedade privada e a luta interna entre homens, todos poderão encontrar seus interesses nos de todos os outros, e sua maior satisfação em fazer o bem e em agradar os outros. Sociedades científicas e Congressos, a Associação Internacional salvadora de vidas, a Cruz Vermelha, as Sociedades Geográficas, as Organizações dos Trabalhadores, os grupos voluntários que correm para ajudar à qualquer momento quando há um grande desastre público, são alguns poucos exemplos entre vários de poder de espírito de associação, os quais sempre manifestam-se quando é uma questão de necessidade ou um problema sentido profundamente, e os meios não estão faltando. Se a associação voluntária não for mundial, e não abrange todo o material e os aspectos da atividade, é por causa dos obstáculos impostos no seu caminho pelo governo, pela discórdia criada pela propriedade privada, e a impotência e desânimo sentido pela maioria das pessoas, como resultado da apreensão de toda a riqueza pelos poucos.

Por exemplo, o governo toma as responsabilidades dos serviços postais, as ferrovias e por aí vai. Mas em qual maneira ele ajuda nesses serviços? Quando as pessoas são capazes de se divertir, e sentem uma razão para tais serviços, eles pensam em se organizar, e os técnicos não precisam de uma licença governamental para fazer o trabalho. E quanto mais universal e urgente for a necessidade, mais voluntários haverão para concretizá-lo. Se as pessoas tivessem o poder para líder com os problemas de produção e suprimento de comida, oh! Não tenha medo que eles só vão morrer de fome esperando por um governo para fazer as leis necessárias para resolver o problema. Se tivesse que haver um governo, ele ainda seria obrigado à esperar até que as pessoas tenham organizado tudo, para que então venha

com leis para sancionar e explorar o que já tinha sido feito. É demonstrado que interesse privado é um grande incentivo para todas as atividades: bem, quando o interesse de todos for o de cada indivíduo (e isso seria obviamente o caso se propriedade privada não existisse) então todos irão agir, e se nós fizermos ações as quais apenas interessam poucos, vamos fazê-los muito melhores e mais intensamente quando eles vão ser de interesse para todos. E é difícil de entender o porquê de que deveria haver pessoas as quais acreditam que a realização e o funcionamento normal dos serviços públicos vitais para nossas vidas diárias, seriam mais confiáveis se fossem realizados sob a instrução de um governo invés dos próprios trabalhadores os quais, por eleição direta ou através de acordos feitos com os outros, decidiram fazer o tipo de trabalho e realizá-lo sob o controle direto de todos os pretendentes.

Obviamente em todo grande esforço coletivo uma divisão de trabalho, gerenciamento técnico, administração, etc., é necessária. Porém autoritários desajeitadamente brincam com as palavras para produzir uma *raison d'être* para um governo de toda situação real a qual necessita organização de trabalho. Governo, não é mal repeti-lo, é o concurso dos indivíduos os quais tinham, ou apreenderam, o direito e os meios de fazer leis e obrigar pessoas a obedecê-las; o administrador, o engenheiro, etc., invés disso são pessoas as quais foram escolhidas ou assumiram a responsabilidade de realizar um trabalho específico e os fazem. Governo significa a delegação do poder, o qual é a abdicação da iniciativa e soberania de todos nas mãos dos poucos; administração significa a delegação do trabalho, isso sendo tarefas dadas e recebidas, troca livre de serviços baseados em livre acordo. O governante é uma pessoa privilegiada desde que ele tem o direito a comandar os outros e fazer uso dos esforços dos outros para concretizar suas ideias e seus desejos pessoais prevalecerem; o administrador, o diretor técnico, etc., são trabalhadores como o resto, quer dizer, claro, em uma sociedade na qual todos tem meios iguais para desenvolver e que todos são ou podem ser ao mesmo tempo trabalhadores intelectuais e manuais, e as únicas diferenças restantes entre homens são aquelas as quais provêm da diversidade natural de aptidões, e que todos os trabalhos, todas as funções deem um direito igual de divertimento de possibilidades sociais. Não deixe um confundir a função do governo com a qual de uma administração, pois eles são essencialmente diferentes, e se hoje as duas são ocasionalmente misturadas, é apenas por causa do privilégio econômico e político.

Mas então vamos nos apressar para agora mostrar as funções para as quais o governo é considerado, por todos não só anarquistas, como bem indispensáveis: a defesa interna e externa da sociedade, quer dizer, guerra, a polícia e a justiça.

Quando governos já forem desmantelados, e a riqueza social foi posta à disposição de todos, então todo o antagonismo entre as pessoas em breve desaparecerão, e guerra não haverá uma *raison d'être*. Nós iríamos adicionar, além disso, que no estado presente do mundo, quando uma revolução ocorre em um país, se ela não houver repercussões rápidas em outros lugares, ela encontrará, entretanto, com muita simpatia de todo lugar, tanta a qual governo algum terá coragem de mandar suas tropas ao exterior, por causa do medo de haver uma insurreição revolucionária na sua própria porta da frente. Entretanto, certamente, deixe-nos admitir que os governos dos países ainda não emancipados quisessem, e pudessem tentar reduzir as pessoas livres à um estado de escravidão mais uma vez. Essas pessoas necessitariam de um estado para defendê-las? Para engajar guerra, são necessários homens os quais possuem o conhecimento necessário geográfico e mecânico, e acima de tudo, grandes massas da população dispostos a ir e lutar. Um governo não pode aumentar as habilidades do primeiro nem a disposição e a coragem do último. E a experiência da história ensina-nos que as pessoas que realmente desejam defender o seu próprio país são invencíveis; e na Itália todos sabem que antes dos *corpus* voluntários (formações anarquistas) tronos tombam, e exércitos regulares compostos de recrutas ou mercenários, desaparecem.

E sobre a polícia e a justiça? Muitos supõem que se não houvessem carabineiros, policiais e juizes, todos estariam livres para matar, violentar, para machucar os outros conforme ao seu humor; e que anarquistas, em nome de seu princípios, desejariam ver essa estranha liberdade respeitada a qual viola e destrói a liberdade e a vida dos outros. Elas quase aparentam acreditar que após haver desmantelado o governo e a propriedade privada, nós deixaríamos ambos serem quietamente construídos novamente, por causa de um respeito pela liberdade daqueles as quais podem sentir a necessidade de ser governantes e donos de propriedade. Uma maneira realmente intrigante de interpretar nossas ideias! ...claro, é mais fácil descartá-los com um revirar de olhos do que ter o problema de refutá-los.



A liberdade que queremos, para nós mesmos e aos outros, não é uma liberdade abstrata, metafísica absoluta a qual em prática é inevitavelmente levada a opressão dos fracos; mas sim a liberdade real, a possível, a qual é a comunidade consciente de interesses e solidariedade voluntária. Nós proclamamos a máxima, faça como desejar, e com isso nós resumimos nosso programa quase por inteiro, para nós mantemos, e não leva muito para entender o porquê, que em uma sociedade harmoniosa, em uma sociedade sem governo e sem propriedade, cada um quererá fazer o que ele deve.

Mas supondo que como um resultado do tipo de educação recebida pela sociedade presente, ou por infortúnios físicos, ou por qualquer outra razão, alguém gostaria de machuca-nos e aos outros; um pode ter certeza que nós exerceríamos nós mesmos para prevenir o mesmo de fazê-lo com todos os meios à nossa disposição. Claro, porque nós sabemos que o homem é uma consequência do seu próprio organismo como também do ambiente consigo e social que vive; porque não confundimos o direito inviolado de defesa com o alegado direito ridículo de punir; e desde com o delinquente, é ele quem comete atos não sociais, nós não iríamos, para ter certeza, ver o escravo rebelde, como acontece com os juízes hoje, mas como o irmão doente o qual necessita de tratamento, então nós não iríamos introduzir ódio e repressão, e faríamos todo o esforço para não ir além das necessidades de defesa, e não pensaríamos em vinga-nos, mas sim procurando uma cura, redimir a pessoa infeliz com todos os meios que a ciência nos propôs. De qualquer maneira, independente da interpretação dos anarquistas (quais podem, como acontece com todos os teóricos, perder de vista da realidade em perseguir uma aparência de lógica), é certo que as pessoas não permitiriam seu bem estar e liberdade a serem atacados com impunidade, e se a necessidade surgisse, eles tomariam medidas para defenderem-lhes contra a tendência antissocial dos poucos. Mas para fazer isso, qual propósito é servido pelas pessoas as quais profissão é a criação de leis; quando outras pessoas gastam suas vidas procurando e inventando quebradores de leis? para preveni-las mais sucessivamente do que fazem os legisladores profissionais, policiais e juízes. Quando no caminho de insurreição as pessoas queriam, entretanto por engano, propriedade privada à ser respeitada, eles fizeram de uma maneira na qual um exército de policiais não poderiam.

Costumes sempre seguem as necessidades e os sentimentos da maioria: e o quanto menos são subjugados à sanções da lei o mais eles são respeitados, para que todos possam ver e entender os seus usos, e por causa dos grupos interessados, não havendo ilusões para a proteção oferecida pelo governo, os mesmos veem que eles são respeitados. Para uma caravana viajando pelos desertos da África a boa localização dos estoques de água é uma questão de vida e morte para todos; e nessas circunstâncias, água torna-se algo sagrado a qual ninguém pensaria em desperdiçá-la. Conspiradores dependem em sigilo, e o segredo é guardado ou abominação atingem qualquer um a qual o viola. Dívidas de jogos não são garantidas por lei, e entre apostadores o qual não paga é considerado e considera-se desonrado.

Poderia ser isso, por causa dos gendarmes que mais pessoas não são mortas? A maior parte das vilas na Itália os gendarmes são apenas visto de tempos em tempos; milhões de pessoas atravessam as montanhas e passam pelo campo longe do olhar protetor da autoridade, tanto que um poderia derrubá-los sem o menor risco de punição; e mesmo assim elas mais inseguros do que aqueles que vivem nas áreas mais protegidas. E estatísticas mostram que o número de crimes é dificilmente afetado por medidas repressivas, enquanto drasticamente muda com mudanças em condições econômicas e na atitude da opinião pública.

De qualquer maneira, leis punitivas estão apenas preocupadas com ocorrências excepcionais e incommuns. Vida diária continua além do alcance do codicilo e é controlada, quase inconscientemente, com o tácito e acordo voluntário de todos, por um número de usos e costumes os quais são muito mais importantes para a vida social do que os artigos do código penal, e melhor respeitados apesar de serem completamente livres de qualquer sanção a não ser a natural do desprezo na qual aqueles que as violam, serão responsabilizados e as consequências surgem daí para frente.

Visto que, de modo geral, governo apenas existe para proteger as classes privilegiadas, logo a polícia e a magistratura existem apenas para punir esses crimes, os quais não são considerados pelo público e apenas prejudicam os privilégios do governo e dos donos de propriedade. Não há nada mais pernicioso para a defesa real da sociedade, para a defesa do bem estar e liberdade de todos, do que a criação dessas classes as quais apenas existem no pretexto de defender a todos, mas torna-se acostumado a considerar todo homem como um jogo a ser preso, e te derrubam sem saber o porquê, por ordens de um chefe cujos rufiões mercenários e irresponsáveis eles são.



Isso é tudo muito bom, alguns dizem, que a anarquia pode até ser a forma perfeita da sociedade humana, mas nós não queremos dar um pulo direto no desconhecido. Nós diga portanto em detalhe como sua sociedade será organizada. E aí vem uma série de perguntas, as quais são bem interessantes se nós fossemos envolver no estudo dos problemas, os quais se imporiam em uma sociedade liberada, mas quais são inúteis, ou absurdas, até mesmo ridículas, se nós somos esperados a prover soluções definitivas. Quais métodos serão usados para ensinar as crianças? De que forma a produção será organizada? Ainda haverá grandes cidades, ou a população será igualmente distribuída por toda a superfície da terra? E supondo todos os habitantes da Sibéria gostariam de passar o inverno em Nice? E caso todos quiserem comer perdiz e beber vinho do distrito de Chianti? E quem fará o trabalho do mineiro ou ser um marinheiro? E quem esvaziará as privadas? E as pessoas doentes serão tratadas em casa ou no hospital? E quem estabelecerá o cronograma da estação de trem? E o que será feito se o maquinista tiver uma dor de estômago enquanto o trem está em movimento? ...E por aí vai, até o ponto de assumir que nós temos todo o conhecimento e experiência do futuro desconhecido, e que em nome da anarquia, nós deveríamos prescrever para futuras gerações a que horas eles devem ir dormir, e em quais dias eles devem aparar seus milhos.

Se de fato nossos leitores esperam uma réplica de nós para essas questões, ou no mínimo para aquelas quais são verdadeiramente sérias e importantes, as quais são além da nossa opinião pessoal neste momento particular, significa que nós falhamos na nossa tentativa à explica-los o que anarquismo é sobre.

Nós não somos mais profetas que qualquer outra pessoa; e se nós afirmássemos sermos capazes de dar uma solução oficial para todos os problemas que surgirão no curso da vida diária da futura sociedade, então o que nós queremos dizer ao falar da abolição do governo seria curioso a dizer no mínimo. Pois estaríamos nos declarando o governo e estaríamos a prescrever, como fazem os legisladores religiosos, um código universal para as presentes e futuras gerações. Seria tão bom quanto não ter o risco ou prisões com as quais impor nossa bíblia, a humanidade seria livre para rir de nós e das nossas pretensões com impunidade!

Nós estamos demasiadamente preocupados com todos os problemas da vida social, juntamente com o interesse da ciência, e porquê desejamos à ver anarquia liberta e fazer parte da mesma na melhor forma na qual nós conseguimos na organização da nova sociedade. Portanto nós temos sim nossas soluções as quais, dependendo da situação, nos parecem ou definitivas ou transitórias, e mas para considerações de espaço nós diríamos algo sobre isso aqui. Mas o fato do porquê hoje, com a evidência que possuímos, ao nosso pensar de uma certa maneira em um problema dado não significa que isso é como isso deve ser lidado no futuro. Quem consegue antever as atividades as quais irão surgir quando a humanidade for liberta da pobreza e opressão, quando não houve mais nem escravos ou mestres, e quando a batalha entre pessoas, e o ódio e amargor os quais estão em perigo em resultado, não poderão mais ser uma parte essencial da existência? Quem consegue prever o progresso na ciência e nos meios de produção, de comunicação e por aí vai?

O que é importante é que a sociedade deve ser traga a um estado no qual exploração e dominação de homem por homem não é possível; na qual todos tem acesso livre aos meios de viver, de desenvolvimento e de trabalho, e que todos possam participar, ao seu desejo e sabem como, na organização da vida social. Em tal sociedade, obviamente tudo será feito ao melhor satisfazer as necessidades de todos dentro da estrutura do conhecimento existente e condições; e tudo mudará para o melhor com o desenvolvimento do conhecimento e dos meios.

Afinal de contas, um programa o qual está preocupado com as bases da estrutura social, não consegue fazer nada além de sugerir um método. E é o método no qual, acima de tudo, diferencia entre os grupos e determina sua importância histórica. Separadamente do método, todos eles falam do querer do bem estar da humanidade e alguns realmente se importam; os grupos desaparecem e com eles todas as ações organizadas e direcionadas para um fim dado. Logo um deve considerar anarquia acima de tudo, como um método.

Os métodos de quais os grupos não-anarquistas esperam, ou dizem ter, o melhor de um e todos podem ser reduzidos em dois, o autoritário e aquele tão chamado liberal. O primeiro confia aos poucos o gerenciamento da vida social e leva para a exploração e opressão das massas pelos poucos. O último conta-se na empresa do livre indivíduo e proclama, se não a abolição, pelo menos a redução das funções

governamentais para um mínimo absoluto; mas por conta do seu respeito a propriedade privada é inteiramente baseado, no princípio de cada um por si só, e logo da competição entre os homens, a liberdade que ele cativa é para os fortes e para os donos de propriedade privada para oprimir e explorar os fracos, aqueles que não tem nada; e distante de produzir harmonia, tende em aumentar ainda mais a distância entre o rico e o pobre e também leva para exploração e dominação, em outras palavras, à autoridade. O segundo método, o qual é liberalismo, é em teoria um tipo de anarquia sem socialismo, e logo é simplesmente uma mentira, a liberdade não é possível sem igualdade, e anarquia real não consegue existir sem solidariedade, sem socialismo. O criticismo o qual liberais direcionam ao governo consiste apenas do querer de depravar algumas de suas funções e chamar os capitalistas para lutar entre si mesmos, entretanto ele não consegue atacar as funções repressivas as quais são da sua essência: Pois sem o gendarme[1] o dono de propriedade não poderia existir, de fato os poderes do governo de repressão devem necessariamente ampliar juntamente com a livre competição resultando em mais discórdia e desigualdade.

Anarquistas oferecem um novo método: o qual seria a livre iniciativa de todos e livre tratado quando, a propriedade privada for abolida pela ação revolucionária, todos terão sido colocados em uma posição de igualdade para dispor da riqueza social. Esse método, por não autorizar acesso para a reconstituição da propriedade privada, deve levar, através de livre associação, para a completa vitória do princípio de solidariedade.

Visto dessa maneira, um consegue imaginar como todos os problemas que são avançados para revidar ideias anarquistas são na realidade um argumento ao seu favor, porque apenas a anarquia indica a direção a qual eles podem encontrar, por tentativa e erro, a solução a qual melhor satisfaz os ditames da ciência e como também as necessidades e desejos de todos.

Como crianças serão educadas? Nós não sabemos. Então o que irá ocorrer? Pais, pedagogos e todos aqueles que estão preocupados com o futuro da nova geração se encontrarão, discutirão, concordarão ou dividir de acordo à suas visões que possuem, e botarão em prática o método o qual na realidade é o melhor, será no final assumido.

E semelhantemente com todos os problemas os quais se apresentarão.

Segue pelo o que nós dissermos até o momento, que anarquia, entendida pelos anarquistas e só como eles conseguem interpreta-la, é baseado no socialismo. De fato se não fosse por aquelas escolas de socialismo, as quais artificialmente dividiram a unidade natural da questão social, e apenas consideram alguns aspectos fora do contexto, e se não fosse pelos mal-entendidos com quais eles procuram emaranhar o caminho para a revolução social, nós poderíamos dizer diretamente que anarquismo é sinônimo com socialismo, para ambos representam a abolição da dominação e exploração do homem pelo homem, se elas são exercidas à ponto de baioneta ou por um monopólio nos meios da vida.

Anarquia, em comum com socialismo, tem na sua base, o seu ponto de saída, o ambiente essencial, igualdade de condições; seu ponto de venda é solidariedade e liberdade é seu método. Não é perfeição, não é um ideal absoluto o qual como o horizonte, recua-se tão rápido quanto nós alcançarmos; mas é o caminho para todo o progresso e melhora para o benefício de todos.



Tendo estabilizado que anarquia é a única forma de sociedade humana a qual deixa aberto o caminho para a conquista do maior bem da humanidade, vindo que a mesma destrói toda classe empenhada à manter as massas oprimidas e na pobreza; tendo estabilizado que a anarquia é possível e desde, em fato, tudo a qual faz é libertar a humanidade do governo e obstáculos contra os quais sempre teve que batalhar em ordem para avançar junto com seu rumo difícil, autoritários retiram até suas últimas valas onde são reforçados por muitos quem pensavam que eles eram apaixonados à liberdade e justiça, temem a liberdade e não conseguem fazer suas cabeças visualizarem uma humanidade a qual vive e avança sem guardiões e sem pastores e, pressionados pela verdade, elas perguntam piedosamente que a questão deve ser deixada de lado pelo maior tempo possível.

Esta é a substância dos argumentos que são postos a esse ponto na discursão

Essa sociedade sem governo, a qual mantém-se por meios de livre e cooperação voluntária; essa sociedade a qual assegura-se em tudo na ação espontânea dos interesses e a qual é inteiramente baseada em solidariedade e amor, é certamente uma ideia maravilhosa, eles dizem; entretanto como todos os ideais, ele vive nas nuvens. Nós nos encontramos em um mundo o qual tem sido continuamente dividido entre opressores e oprimidos; e se os primeiros estão cheios de espíritos de dominância e tem todos os vícios de tiranos, os últimos são quebrados pela servilidade e tem vícios ainda piores os quais são resultados da escravidão. O sentimento de solidariedade está longe de ser predominante na sociedade contemporânea, e se for verdade que os homens são se tornam mais unidos, é igualmente verdade que o quê um vê cada vez mais, e o qual faz uma impressão mais profunda no caráter humano, é a batalha pela existência a qual cada indivíduo está conduzindo diariamente contra todos os outros; é a competição a qual pressiona a todos, trabalhadores e mestres igualmente, e faz todo homem em um inimigo nos olhos do seu vizinho. Como esses homens, os quais foram criados em uma sociedade com sua base em classe e conflito individual, irão de alguma maneira ser capaz de mudar repentinamente e tornassem capazes de viver em uma sociedade na qual todos irão fazer à como os prezam e devem se prezar, e sem coerção exterior e através de força da sua própria vontade, procurar o bem aos outros? Com qual relutância, com qual senso comum você encarregaria o destino de uma revolução e da humanidade para uma multidão ignorante, enfraquecida pela pobreza, que sofreu lavagem cerebral do padre, a qual hoje será cegamente sedenta, enquanto amanhã permitirá a mesma a ser descuidadamente enganada pelo ladino, ou curva sua cabeça servilmente abaixo do calcanhar do primeiro ditador militar o qual ousa se fazer mestre? Não seria mais prudente avançar em direção ao ideal anarquista primeiramente passando por uma república democrática ou socialista? Não haverá necessidade de um governo das melhores pessoas para educarem e prepararem as gerações para os eventos que virão?

Essas objeções também não teriam uma *raison d'être* se nós tivéssemos sucedido em nós fazermos entendidos e em convencer os leitores com o que nós havemos escritos; mas de qualquer, mesmo em risco de nos repetir, será melhor responder a eles.

Nós estamos sempre de cara com o prejuízo que o governo é uma nova que emergiu de quem sabe onde, a qual a própria adiciona algo as forças totais e capacita a aqueles indivíduos os quais o constituem e a aqueles que o obedecem. Pelo contrário tudo que acontece no mundo é feito por pessoas; e governo por si só, contribui nada por si só além da tendência de converter tudo em um monopólio para o benefício de um grupo particular ou classe, como também oferecendo resistência para toda iniciativa a qual vem de fora do seu próprio arranjo.

Para destruir a autoridade, para abolir o governo, não significa a destruição do individual e forças coletivas as quais operam na sociedade, ou das influências as quais as pessoas mutualmente exercem a umas às outras; fazer isso seria reduzir a humanidade à ser uma massa de átomos desvinculados e inertes, isso sendo uma impossibilidade, porem assumindo isso seria possível, iria resultar na destruição de qualquer forma de sociedade, o fim da humanidade. A abolição de autoridade significa, a abolição do monopólio de força ou de influência; significa a abolição do estado para qual o poder social, ou seja, as forças da sociedade combinada, é feita em um instrumento de pensamento, o anseio e os interesses de um pequeno número de indivíduos, os quais por meios do poder social total, suprimidos, para sua própria vantagem pessoal e para suas próprias ideias de liberdade do indivíduo; significa destruir uma maneira de organização social com a qual o futuro é carregado entre uma revolução e a próxima, para o benefício à aqueles os quais tem sendo vitoriosos por um instante.

Michael Bakunin em um artigo publicado em 1872, após indicar os meios de ação principais da Internacional foram a propagação das suas ideias e a organização da ação espontânea dos seus membros nas massas, acrescenta que:

“Para qualquer um que possivelmente possa reclamar que ação de tal organização seria um ataque à liberdade das massas, uma tentativa em criar um novo poder autoritário, nós simplesmente replicaríamos que ele não é nada, além de um sofista, e um tolo. Tanto pior para aqueles os quais ignoram ao natural e a lei social da solidariedade humana, até o ponto de imaginar que uma independência mutual absoluta dos indivíduos e das massas é algo possível, ou pelo menos desejável. Para deseja-la significa o querer da destruição da sociedade, para o todo da vida social pois toda a vida social não é outra senão essa incessante dependência mútua dos indivíduos e das massas. Todos os indivíduos, até mesmo os mais inteligentes e os mais fortes, de fato acima de toda a inteligência e força, cada um à todo momento em sua vida é ao mesmo tempo seu produtor e o seu produto. A própria liberdade de cada indivíduo não é nada mais além do resultado, continuamente reproduzida, dessa massa de material, intelectual e influências morais exercidas em si por todos aqueles a sua volta, pela sociedade no meio o qual ele nasceu, desenvolveu, e morreu. Para querer escapar dessa influência no nome de um transcendental, divina, liberdade a qual é absolutamente egoística e suficiente a si mesma, é a tendência de não ser. Essa tão vangloriada independência dos idealistas e metafísicos, e a liberdade individual então concebida, são logo nada.

“Na natureza, como na sociedade humana, a qual não é nada mais além dessa mesma natureza, tudo que vive, apenas vive na condição suprema de intervir na maneira mais positiva, e tão poderosamente quanto a natureza a permite, nas vidas dos outros. A abolição dessa influência mutual seria a morte. E quando nós vindicarmos a liberdade das massas, nós não estamos sugerindo de nenhuma maneira a abolição de qualquer outra influência natural a qual indivíduos ou grupos de indivíduos lhes exercem; o que nós desejamos é a abolição de influências as quais são artificiais, privilegiadas, legais, oficiais.”





Obviamente, no estado presente da humanidade, quando a vasta maioria das pessoas, oprimidas pela pobreza e assombradas pela superstição, estagnadas a um estado de humilhação, o destino da humanidade depende nas ações de um grupo relativamente pequeno de indivíduos; claramente não será possível bruscamente fazer as pessoas elevarem-se ao ponto onde elas sintam o dever, de fato o prazer de controlar suas próprias ações de tal maneira a que os outros derivarão o máximo de benefício daí. Mas se hoje o pensamento e direcionar forças em uma sociedade são pequenas, não é uma razão para paralisar ainda mais deles e subjugar muitos outros aos poucos deles. Não é uma razão para organizar a sociedade de tal maneira que (graças à apatia a qual é o resultado das posições asseguradas, graças ao nascer, patrocínio, esprit de corps, e todas as maquinarias governamentais) as forças mais energéticas e habilidade real acabam se encontrando fora do governo, e quase sem influência na vida social; e aqueles os quais atenam-se ao governo, se encontram fora do ambiente, e ao estar acima de todos os interessados em manter-se no poder, perdem toda a possibilidade de agir e apenas servem como obstáculos aos outros.

Uma vez em que esse poder negativo que é o governo for abolido, a sociedade finalmente será o que ela consegue ser, mas tudo isso que ela pode ser dada as forças e as habilidades disponíveis no momento. Se há pessoas educadas as quais desejam espalhar conhecimento elas vão se organizar as escolas e fazer um esforço especial para persuadir a todos a utilidade e prazer a ser recebido da educação. E se não houvessem tais pessoas, ou só algumas, um governo não lhes poderia criar; tudo o que ele poderia fazer seria o mesmo de agora, pegue aos poucos quais estão longe do seu trabalho recompensador, e os designá-los à regulações de alistamento as quais tem que ser impostas com policiais, e fazer de professores inteligentes e devotados em seres políticos, ou seja parasitas inúteis, todos preocupados em impor suas arbitrariedades e em se manter no poder.

Se há doutores e especialistas na saúde pública, eles organizarão o serviço de saúde. E se não houvesse nenhum, o governo não conseguiria criá-los: tudo o qual seria capaz de fazer seria jogar dúvidas nas habilidades dos doutores já existentes o qual um público, justificadamente suspeito de tudo o que é imposto do de cima, aproveitaria para livrá-los.

Se há engenheiros, maquinistas e por aí vai, eles organizarão as ferrovias. E se não houvesse nenhum, mais uma vez, o governo não conseguiria criá-los.

A revolução, através da abolição do governo e da propriedade privada, não criará forças que não existem; porém deixará o caminho aberto para o desenvolvimento de todas as forças e talentos disponíveis, destruirá toda classe com um interesse em manter as massas em um estado de barbaridade, e garantirá que todos serão capazes a agir e a influenciar de acordo a sua habilidade, entusiasmos e seus interesses.

E essa é a única maneira na qual as massas podem se levantar, pois é apenas através de liberdade que um se educa a ser livre, da mesma maneira que é apenas trabalhando que um pode aprender a trabalhar. Um governo, assumindo que ele não houvesse quaisquer outras desvantagens, sempre teria o costume de amedrontar os governados, e a tendência de se tornar sempre mais opressivo e se tornando o quanto mais necessário.

Além de que, se um deseja um governo o qual tem que educar as massas para coloca-los no caminho à anarquia, um deve também indicar qual será o plano de fundo, e a forma de estruturar esse governo.

Será ele uma ditadura das melhores pessoas? Mas quem são os melhores? E quem reconhecerá essas qualidades nos mesmos? A maioria é geralmente atada a detrimientos estabilizados, e tem ideias e atitudes as quais já foram substituídas por uma minoria dotada melhor; mas entre as centenas de minorias à todas as quais acreditam a serem as certas, e todas podem ser certas em alguns impasses, por quem e com qual critério será a escolha feita em botar as forças sociais em disposição à um deles enquanto apenas o futuro pode decidir entre os grupos em conflito? Se você pegar 100 apoiadores inteligentes da ditadura, você descobrirá que cada um deles acreditam que ele mesmo deveria ser o ditador, ou pelo menos um deles, bem próximo a ditadura. Então ditadores seriam aqueles os quem, possuindo um curso ou outro, tem sucesso em impor eles mesmos; e no clima político presente, um pode dizer facilmente que todos os seus esforços seriam postos na luta em se defender contra os ataques dos seus inimigos, convenientemente esquecendo qualquer vaga intenção de educação social, assumindo se eles em algum momento tiveram tais intenções.

Será ele a contrário um governo eleito por um sufrágio universal, e logo uma expressão mais ou menos sincera dos desejos da maioria? Mas se você considerar esses eleitores dignos como incapazes de

olhar por seus próprios interesses, como então serão capazes de saber como escolher para si mesmos o seu pastor que os deve guiar? E como serão capazes de solucionar o problema da alquimia social, da produção da eleição de um gênio dos votos das massas de tolos? E o que acontecerá para as minorias as quais ainda são as mais inteligentes, mais ativas e radical parte da sociedade?

Em ordem para resolver o problema social para o benefício de todos há apenas uma maneira: esmagar aqueles os quais possuem riqueza social através de ação revolucionaria, e colocar tudo à disposição de todos, e deixar as forças, a habilidade, e toda a boa vontade a qual existe entre as pessoas, livre a agir e para prover às necessidades de todos.

Nós lutamos por anarquia e para socialismo, porque acreditamos que anarquia e socialismo precisam ser realizados imediatamente, isso quer dizer que em ato revolucionário nós temos que destituir o governo, abolir a propriedade privada e confiar serviços públicos, a quais nesse contexto irá incluir toda a vida social, para os espontâneos, livres, não oficiais, esforços não autorizados de todos os grupos e de todos dispostos à ajudar.

Obviamente haverá dificuldades e inconveniências; mas elas serão resolvidas, e elas serão apenas resolvidas de uma maneira anarquista, por meios, ao dizer, de uma intervenção direta dos grupos interessados e por acordos livres.

Nós não sabemos se anarquia e socialismo triunfarão quando a próxima revolução tomar lugar; mas não há dúvida que se os tão chamados programas de transigência triunfarem, será por que, nessa ocasião, fomos derrotados, e nunca porque nós acreditamos de ser útil para deixar qualquer parte do sistema o qual a humanidade estar a lamentar de pé.

De qualquer maneira nós teremos em eventos o tipo de influência a qual refletirá nossa força numérica, nossa energia, nossa inteligência e nossa intransigência. Mesmo se nós formos derrotados, nosso trabalho nunca terá sido inútil, quanto maior a nossa determinação para alcançar a implementação do nosso programa na íntegra, menos propriedade, e menos governo haverá na nossa nova sociedade. E nós teremos performado uma tarefa digna pois, depois de tudo, progresso humano é medido pela extensão do poder do governo e propriedade privada forem reduzidos.

E se hoje nós cairmos sem ceder, nós podemos ter certeza da vitória de amanhã.

[1]Um gendarme é um membro da gendarmaria, a qual é uma força militar com deveres de aplicação de leis entre a população civil.

Biblioteca Anarquista



Errico Malatesta  
A Anarquia  
1891

L'anarchia foi escrito em 1891, apareceu pela primeira vez em Ingles na revista mensal Freedom, e foi reimpresso como um panfleto pela Freedom Press em 1892

**[bibliotecaanarquista.org](http://bibliotecaanarquista.org)**